



Sobre a profissionalização do escritor

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. O preço da leitura: leis e números por detrás das letras. São Paulo: Ática, 2001.

Raul Wassermann, presidente da Câmara Brasileira do Livro (CBL), tem se manifestado contra uma maior regulamentação para o controle e a supervisão das tiragens dos livros no Brasil – como a obrigatoriedade de filiação das editoras a instituições específicas para este fim. Tal proposta, em tramitação na Casa Civil da Presidência, segundo Wassermann, é “corporativista e burocrática” e terá como resultado “na melhor das hipóteses, a criação de um elefante branco rigorosamente inútil (...)” e, na pior, “aumento da burocracia, dos custos e das dificuldades para que se publiquem livros em nosso país” (O Estado de S. Paulo, 06/10/2002, p. D4).

A atual discussão sobre a necessidade e a forma operacional do controle das tiragens e dos exemplares por tiragem é o capítulo mais recente das complexas discussões sobre os direitos autorais no mercado de livros no Brasil.

Autores acusam editores de produzirem mais livros do que declaram para não pagar, na íntegra, os direitos autorais; editores acusam o Estado de não confiar na seriedade dos produtores de livros e de tentar regulamentar excessivamente o que já está regido pela Lei dos Direitos Autorais. No final desta corrente, potenciais leitores reclamam dos preços dos livros nas livrarias.

A luta pela regulamentação dos direitos autorais das obras impressas existe há tempo no Brasil – já nas últimas décadas do século XIX encontram-se projetos de leis neste sentido.

Em *O preço da leitura*, Marisa Lajolo e Regina Zilberman contam-nos um pouco da história do estabelecimento dos direitos autorais e da profissionalização do escritor no Brasil (e em Portugal). O livro está

estruturado em sete capítulos. Os três primeiros tratam (na Europa do século XV ao XIX) da formação da idéia de direitos do autor, em contraposição aos direitos de outros agentes da produção de livros, como impressores e editores. Os capítulos intermediários abordam como escritores brasileiros e portugueses lidavam com a remuneração de seus trabalhos. Os capítulos finais traçam paralelos entre a Europa, os Estados Unidos e o Brasil no que tange à legislação dos direitos autorais e à criação de algumas corporações protetoras destes direitos.

A pesquisa documental relatada nos capítulos 4 e 5, “Cartas e contas” e “Contratos e recibos” é instigante e repleta de curiosidades. As autoras, em um primeiro momento, pinçam em cartas de autores brasileiros e portugueses dos séculos XIX e XX relatos sobre as agruras e vicissitudes de se publicar um livro; a seguir apresentam-nos contratos destes escritores com seus editores. Nestes capítulos, lemos, por exemplo, Mário de Andrade aconselhando o jovem Carlos Drummond de Andrade a que ele próprio custeasse a publicação do livro *Alguma poesia*:

“Você não tem o direito de ficar com ele guardado aí só porque nesta m(...) de país não tem editor pra livros de versos. Carece um esforço e mesmo se preciso um sacrificio. (...) Faça como eu, vá ajuntando aos poucos o arame. Vá separando todo mês um pouquinho, e não dou muito tempo você está com o dinheiro que carece pra edição. Ou mesmo edite com editor camarada que vá depois recebendo um tanto por mês. (...) Porém desde já vá se revestindo de todas as desilusões possíveis. O livro será pouco vendido, os ataques serão muitos, as casas revendedoras não se amolam com ele... É um inferno” (p. 85).

Euclides da Cunha também teve que se submeter a contratos “leoninos” – lemos uma carta deste escritor relatando a seu pai que, para publicar *Os sertões*, depois de deduzir das vendas os custos de impressão, ele teve que dividir com o editor (pela metade) os lucros da vendagem dos livros (p. 101).

Ao abordarem a questão da remuneração dos autores, ou seja, as correlações entre autor e mercado, Marisa Lajolo e Regina Zilberman se propõem fazer uma história da literatura de uma perspectiva “materialista (que) recompõe peças perdidas no caminho para iluminar melhor a condição do escritor enquanto profissional da escrita” (p.166).

Acreditando que em, “uma sociedade capitalista, tudo tem expressão econômica e financeira” (p.20), as pesquisadoras assumem que uma abordagem econômica da literatura permite um melhor conhecimento da sociedade e da própria literatura, no caso, as brasileiras dos séculos XIX e XX.

A abordagem econômica do universo dos livros não é um procedimento usual entre críticos e historiados das letras nacionais. O caráter inovador desta abordagem paga, entretanto, um preço: aquele de considerar como anacrônicos, ingênuos ou preconceituosos os críticos ou escritores que não enfatizam ou que não se sentem à vontade com este tipo de abordagem. Mas, este preço é relativamente pequeno se levarmos em conta as ricas possibilidades que a proposta encerra.

Sandra Reimão

Professora do Programa de Pós-Graduação em
Comunicação Social da Umesp.
Publicou, entre outros livros, *Mercado editorial brasileiro*
(São Paulo, ComArte/Fapesp 1996).